

OS DISCURSOS QUE ENVOLVEM O PROGRAMA UM COMPUTADOR POR ALUNO (PROUCA)

Glhebia Gonçalves de Oliveira Dourado
Universidade do Estado da Bahia-UNEB
glhebia@hotmail.com

Sandra Márcia Campos Pereira
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
sandracampos2005@uol.com.br

Resumo: Com o intuito de analisar os discursos que envolvem o Programa Um Computador por Aluno (PROUCA), o presente artigo utilizou dos postulados foucaultianos, no que diz respeito às modalidades enunciativas, para descrever os enunciados que permeiam sobre o programa, expressos nos documentos oficiais, textos científicos e nas falas dos sujeitos que buscam materializar a política educacional que fomenta o uso pedagógico das tecnologias digitais. A pesquisa constatou que, muito embora, os discursos partam de campos diferentes, há uma relação entre os mesmos, fazendo garantir uma vontade de verdade, entrelaçada por interesses políticos, econômicos, sociais e educacionais.

Palavras-chave: Discursos. Programa Um Computador por Aluno. Tecnologias na Educação.

Introdução

Tendo como base teórica os caminhos revelados pelo filósofo Michel Foucault (2004) na obra *A Arqueologia do Saber*, o presente artigo insere-se no campo da política educacional que fomenta o uso de tecnologias digitais na educação. Trata-se de um campo da política brasileira que resulta de um processo complexo de interesse social, político, econômico e educacional e, por isso, tem sido objeto de investigação de muitas pesquisas no âmbito nacional e nos últimos anos

vem se concretizando no contexto da singularidade das escolas municipais de Riacho de Santana, Bahia¹.

Tendo como objetivo principal analisar os discursos que envolvem o Programa Um Computador por Aluno (PROUCA), o texto que segue é resultado de uma pesquisa mais ampla, que culminou numa dissertação de mestrado, desenvolvida e apresentada junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e teve o PROUCA como objeto de estudo. A opção pelo PROUCA justifica-se por considerá-lo um projeto audacioso do governo brasileiro que visava distribuir um computador portátil (Laptop) para cada aluno matriculado nas escolas públicas do Brasil, com vistas a melhorar a qualidade da educação pública. O referido programa foi implantado na rede municipal de Riacho de Santana, Bahia, nos anos entre 2013 e 2014, período em que uma das autoras deste texto esteve à frente da coordenação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como projeto da Secretaria Municipal de Educação.

O *corpus* da pesquisa envolveu um conjunto de documentos como Leis, Decretos e Diretrizes que formalizam os debates em torno do uso pedagógico das tecnologias digitais, constituindo o que denominamos de “discurso oficial”. O *corpus* envolveu ainda o “discurso científico” considerado os textos acadêmicos legitimados em livros, artigos, teses e dissertações publicadas tanto na modalidade impressa quanto *online*, disponível em *sites* oficiais e não oficiais na internet. Tais publicações contemplaram o levantamento do referencial teórico.

Além desses elementos, foram realizadas entrevistas com base em um roteiro do tipo semiestruturado aplicadas a professores de uma escola pública da cidade de Riacho de Santana, Bahia, município onde o PROUCA foi implantado, escolhida para a realização da pesquisa de campo. As entrevistas permitiram o acesso aos discursos e concepções dos sujeitos que foram denominados, neste trabalho, Enunciadores. Na perspectiva dos enunciados linguísticos, foi adotada a terminologia “Enunciador” para evidenciar o sujeito que fala nesta pesquisa.

Considerando as regras de Formação das Modalidades Enunciativas como estratégias de orientação de pesquisa apontada por Foucault (2004) em *A Arqueologia do Saber*, as vozes dos

¹Riacho de Santana localiza-se na região sudoeste da Bahia, limita-se com os municípios de Bom Jesus da Lapa, Macaúbas, Palmas de Monte Alto, Matina e Igaporã. Sua população, segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 35.586 habitantes.

sujeitos, do governo e dos pesquisadores, podem constituir determinadas formações discursivas quando se observa que apresentam certas regularidades na função de desempenho dos enunciados e depende dos lugares de onde os discursos partem exprimindo regularidades peculiares. Assim, os enunciados que contemplam esses três campos discursivos apresentam relações de interesses mútuos em que cada campo encontra apoio privilegiado no outro, tornando, desse modo, uma vontade de verdade.

Esta vontade de verdade anuncia que, apesar de a escola continuar dependente da “sala de aula, do quadro, dos cadernos, as mudanças tecnológicas terão um impacto cada vez maior na educação escolar e na vida cotidiana” (LIBÂNEO, 2010, p. 40) e por isso o uso de tecnologias digitais na educação favorece ao processo de ensino-aprendizagem, podendo, por consequência, melhorar a qualidade da educação das escolas públicas do Brasil.

Breve descrição do objeto de estudo: o Programa Um Computador por Aluno (PROUCA)

O Programa Um Computador por Aluno (PROUCA) foi adaptado e desenvolvido pelo governo brasileiro, que teve como referência o projeto *One Laptop per Child* (OLPC), criado em 2005, por um grupo de pesquisadores norte-americanos, liderado por Nicholas Negroponte, diretor do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). Com o objetivo de fomentar o uso pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) aos estudantes do ensino básico do mundo inteiro, acreditando, com isso, melhorar o processo de aprendizagem destes sujeitos, a proposta foi apresentada ao governo brasileiro por ocasião do Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, em janeiro de 2005², durante o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Seduzido pela inovação da proposta, o governo brasileiro adotou o Programa Um Computador por Aluno (UCA) trazendo consigo profundas transformações e grandes promessas. Um dos primeiros resultados dessa decisão foi a constituição, no meio acadêmico, do primeiro Grupo de Trabalho (GT-UCA), na Universidade de São Paulo (USP), já em 2006, reunindo vários estudiosos que, progressivamente, foram desenhando o Projeto, seus objetivos e formato de implementação (LAVINAS; VEIGA, 2013).

² Informações adquiridas por meio do site http://wiki.laptop.org/go/OLPC_Brazil, acessado em 16 de janeiro de 2016.

Em 2007, iniciou-se a primeira fase do Projeto UCA, em cinco cidades brasileiras: Piraiá (RJ), Porto Alegre (RS), Palmas (TO), Brasília (DF) e São Paulo (SP). “Em cada uma, foi indicada uma escola para acolher o experimento e todos os seus alunos foram contemplados com um protótipo de *laptop* educacional, cedido gratuitamente pelos fabricantes” (LAVINAS; VEIGA, 2013, p.549). Daí nasceu o PROUCA, criado, oficialmente, em dezembro de 2009 pela Medida Provisória nº 472 (BRASIL, 2009), posteriormente, convertida na Lei nº 12.249, em 10 de junho de 2010, alicerçado à Presidência da República e sob responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria Especial de Educação à Distância (SEED).

Em 2010, depois que a Medida Provisória, nº 472, foi transformada na Lei nº 12.249, uma segunda fase teve início, estendendo o programa a 300 cidades espalhadas pelo país, participando somente uma escola por município. Desta fase, foram distribuídos aproximadamente 150 mil *laptops* UCA. Uma terceira etapa, denominada UCA - Total, foi constituída, selecionando seis municípios de todas as regiões do país, Tiradentes (MG-SE), Santa Cecília do Pavão (PR-S), Terenos (MS-CO), Barra dos Coqueiros (SE-NE), São João da Ponta (PA-N) e Caetés (PE-NE), totalizando pouco mais de 10 mil alunos dos ensinos Fundamental e Médio (LAVINAS; VEIGA, 2013).

No estado da Bahia, somente 10 (dez) escolas foram contempladas com o PROUCA na segunda fase. Estas 10 escolas se inserem no total das 300 (trezentas) unidades escolares escolhidas pelo MEC para experimentar o programa no qual os governos municipais, responsáveis pelo ensino fundamental, foram incumbidos de mobilizar as suas secretarias de educação para organizar as escolas a fim de implantar o projeto. No quadro abaixo, elencamos a relação dos municípios baianos favorecidos.

Quadro 01: Relação de Escolas na Bahia contempladas com o PROUCA

Escola UCA	Cidade	Região
Escola Municipal Maria Antonieta Alfarano	Salvador	Capital
Colégio Estadual Lindemberg Cardoso	Salvador	Capital
Escola Municipal Prédio Escolar Argentina Castelo Branco	Gandu	Baixo-Sul

Escola Estadual Padre Carlos Salério	Itabuna	Sul
Escola Estadual Júlia Montenegro Magalhães	Cícero Dantas	Semiárido
Colégio Estadual Professor Dásio José de Souza	Candeias	Metropolitana
Escola Agrotécnica Dr. Francisco M. da Silva	Feira de Santana	Sertão
Escola Municipal Duque de Caxias	Irecê	Chapada Setentrional
Escola Municipal Jesus Bom Pastor	Barro Preto	Sul
Escola Municipal Prof. Edgar Santos	São Sebastião do Passé	Metropolitana

Fonte: Pretto; Coelho; Almeida, 2011.

Riacho de Santana não se insere neste quadro, fazendo parte do conjunto de municípios, cuja prefeitura entrou em contato, diretamente, com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e efetivou a compra dos equipamentos com recursos próprios. Em 2012, com recursos do próprio município, a gestão local efetivou a compra de 1.500 *laptops*, contabilizando um valor de 576.000,00 (Quinhentos e setenta e seis mil reais). Do total apresentado, foram distribuídos, em 2014, 980 *laptops* envolvendo alunos, professores atuando em sala de aula e coordenadores pedagógicos. Em 2015, a meta seria distribuir os 520 *laptops* restantes aos novos alunos do sexto ano matriculados. A adesão ao programa justifica-se pelo interesse da gestão cumprir uma ação do Plano de Ações Articuladas (PAR).

Figura 1: Modelo do Laptop distribuído aos alunos das escolas municipais de Riacho de Santana-Bahia.



Fonte: Arquivo fotográfico da Secretaria Municipal de Educação

Assim, a gestão municipal articulada ao governo federal, por meio do PAR, investiu na compra e distribuição dos *laptops* aos alunos das escolas públicas do ensino fundamental do município, no propósito de garantir “um computador por aluno” apoiando-se na ideia de que a disseminação do *laptop* educacional com acesso à *internet* poderia ser uma poderosa ferramenta de inclusão digital e melhoria da qualidade da educação.

As leituras e análises de documentos, de pesquisas científicas e pronunciamentos de sujeitos envolvidos com o programa, têm nos demonstrado que os debates acerca do PROUCA, enquanto programa de governo, são acirrados e apresentam uma densidade de conhecimento significativa. Pensando nisso, o texto que segue apresenta a descrição e interpretação das falas de sujeitos de três campos discursivos, representando, o que chamamos de discurso oficial (textos dos documentos publicados pelo governo), discurso científico (textos de pesquisas acadêmicas) e discurso dos Enunciadores (entrevistas transcritas dos sujeitos da pesquisa).

Discursos e concepções sobre o Programa Um Computador por Aluno (PROUCA)

A proposta foucaultiana das modalidades enunciativas procura analisar os discursos levando em conta os sujeitos falantes, o posicionamento destes e a autoridade com a qual os mesmos proferem seus discursos. Questionar quem é o sujeito que fala, de que lugar ele fala e qual

sua posição no momento de sua fala, sobrepõe pensar a partir da formação das modalidades enunciativas o que requer considerar os discursos de sujeitos ligados à formulação, materialização e avaliação da política enquanto discurso.

De acordo com o discurso oficial, o PROUCA foi uma proposta que partiu da perspectiva de que a disseminação do *laptop* com acesso à *internet* seria capaz de atender a três demandas do país: inclusão digital, melhoria da qualidade da educação e inserção da indústria brasileira no processo produtivo. As informações oficiais contidas no *site* do programa, quando este ainda estava disponível em 2014, descreviam a gênese do Projeto One Laptop per Child (OLPC) ou Um Computador para cada Criança, revelando que, em junho de 2005, Nicholas Negroponte, Seymour Papert e Mary Lou Jepsen vieram ao Brasil especialmente para conversar com o então presidente da época, Luiz Inácio Lula da Silva, para expor a ideia com detalhes. Na ocasião, o presidente aceitou a proposta e instituiu um grupo interministerial para avaliá-la e apresentar um relatório.

Com o propósito de avaliar e subsidiar o desenvolvimento do PROUCA, o Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados (CAEAT), produziu um estudo avaliativo defendendo que a utilização de tecnologias apresenta uma série de aspectos inovadores nas mais diversas áreas, mas também demanda investimentos consideráveis por parte do poder público (BRASIL, 2010). O documento, intitulado “Um Computador por Aluno: a experiência brasileira” foi publicado em 2010 através da Biblioteca Digital da Câmara de Deputados. A sua construção foi justificada pela necessidade de apoiar o Poder Executivo Federal na experimentação do projeto, assumindo, portanto, a tarefa de acompanhar e participar desse processo, desde o início, produzindo um estudo avaliativo que pudesse subsidiar discussões sobre a temática, tanto no Executivo como no Legislativo (BRASIL, 2010).

No referido documento, a Câmara de Deputados Federais reconhece as incertezas relacionadas à viabilidade tecnológica, pedagógica, logística, gerencial e econômica que permeiam a adoção do paradigma de um computador para cada aluno das redes de ensino, mas defende que se a meta é a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, o letramento digital decorre naturalmente da utilização frequente das tecnologias (BRASIL, 2010, p. 52). O documento, visto como discurso oficial, critica a ausência de um objetivo claro, conciso e consistente, e recorre ao

discurso científico que defende a utilização das TIC como instrumento pedagógico capaz de promover a qualidade no processo de ensino-aprendizagem.

Em 2009, a Secretaria de Educação à Distância do MEC (SEED/MEC) publicou um documento direcionado à formação docente do projeto UCA. O texto se apresentou como documento construído para fornecer informações essenciais que norteariam o projeto de formação do UCA, demonstrando qual a concepção e estratégias implantadas visando uma política de capacitação que pudesse contribuir para o êxito do projeto (BRASIL, 2009). E nesta premissa, convocou as instituições de ensino superior (IES), as secretarias de educação estaduais ou municipais, centros de formação de multiplicadores dos Núcleos de Tecnologia Educacional, estaduais (NTE) e municipais (NTM), professores, gestores e alunos monitores das escolas, a constituírem uma rede de cooperação e colaboração para formação (BRASIL, 2009).

A proposta pretendia atender aos profissionais das equipes das IES Global e Local, das 300 escolas contempladas com o projeto, os municípios participantes do UCA TOTAL, professores multiplicadores, professores das escolas, profissionais das equipes gestoras das escolas estaduais e municipais. De acordo com Pretto, Coelho e Almeida (2010), o processo de formação seguia um roteiro estabelecido pelo chamado GTUCA e na Bahia, a IES Global responsável pela orientação da UFBA (IES local) foi a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

No entanto, esse processo inicial já aponta para as primeiras fragilidades do projeto: de um lado, a ausência de uma relação dialógica entre as instituições envolvidas no processo e, de outro, a maneira não clara de escolha das escolas e a informalidade com o trato do projeto na relação do MEC com as escolas. O projeto, assim como os laptops, chegam à escola sem nenhum comunicado prévio, sem articulação direta entre o MEC, Secretarias da Educação e as escolas (PRETTO; COELHO; ALMEIDA, 2010, S/P).

Com isso, a escola foi/está criando e aprendendo a lidar com o novo, não sem conflitos e dificuldades (SEIXAS, 2011). A avaliação de Seixas (2011; 2013)³ revelou que durante o ano de 2011, as iniciativas de formação para o uso dos computadores foram por demais escassas para

³Seixas (2011; 2013) publicou dois artigos pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) que são produtos de sua pesquisa em uma escola pública do Rio de Janeiro, contempladas com o PROUCA. O primeiro “Conectando a rede: recontextualizações do projeto “Um Computador Por Aluno” (UCA) trata de uma pesquisa realizada em uma escola municipal do Rio de Janeiro” que enfocou as políticas curriculares para uma educação [multi] midiática com abrangência para o campo das relações entre currículo, cultura e política, com foco no contexto escolar; o segundo, por sua vez, “Programa Um Computador por Aluno” (PROUCA) em uma escola municipal do Rio de Janeiro: o que há de novo na rede?”.

permitir que os docentes se familiarizassem com o novo equipamento. Pesce (2013)⁴ apontou que a alta rotatividade do corpo docente, fragiliza o avanço nas etapas de formação, junto às universidades formadoras; também constatou que árdua jornada de trabalho é fator que dificulta o fortalecimento dos vínculos entre o professor com a escola e a dificuldade de muitos docentes em se familiarizar com outra arquitetura de informação que não a do sistema operacional *Windows*, hegemônico no mercado.

Almeida (2008), entretanto, aponta como elemento inovador do programa a formação continuada e em serviço de educadores, apresentando características diferenciadas conforme a orientação da universidade que assumiu a parceria com a escola. O exemplo de Almeida (2008) foi o Projeto UCA da cidade de Palmas, Estado de Tocantins, integrante da primeira fase do projeto, orientado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Nessa escola, segundo a autora, foram disponibilizados 400 computadores portáteis, para que todos os alunos de determinado turno pudessem ter os equipamentos disponíveis para uso constante. Para Almeida, a observação intensiva desse experimento por meio de ações presenciais e a distância, permitiu acompanhar o processo em todas as suas etapas, criar indicadores para a avaliação das experiências e identificar referências teórico-metodológicas.

Segundo Almeida (2008), a inovação do PROUCA está ainda na concepção da interface, nas características técnicas embarcadas de conectividade, interoperabilidade, mobilidade e imersão, somando a isso, a modalidade um por um (1 por 1) que influi diretamente nas dimensões educacionais e permitem antever a potencialidade da criação de uma cultura tecnológica na escola.

Preto, Coelho e Almeida (2010 apud BONETTI, 2006), analisando a implantação do PROUCA no estado da Bahia, observaram as dificuldades de execução de uma política desta magnitude e as dificuldades de trato com as diversas instâncias (federal, estadual e municipal) envolvidas no projeto. Segundo os autores, as políticas públicas bem sucedidas demandam um olhar mais intenso e cuidadoso por parte das instâncias locais que constituem um importante condicionante, não para a elaboração de políticas públicas, mas para a efetivação destas, desde a

⁴O texto refere-se ao artigo “O Programa Um Computador Por Aluno no Estado de São Paulo: confrontos e avanços”, escrito por Lucila Pesce, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), discute o programa buscando refletir sobre os limites e as possibilidades no âmbito do estado de São Paulo.

eficácia da realização da ação até os diversos interesses específicos que esta ação desperta nas pessoas direta e indiretamente envolvidas.

Depois de observados os discursos oficial e científico, é possível trazer para o debate a visão dos Enunciadores, sujeitos da pesquisa, entrevistados na modalidade de professor. Os discursos dos Enunciadores favorecem o aprofundamento da discussão e apresentam a forma como o programa foi implementado na rede municipal de Riacho de Santana, Bahia. No dizer de Enunciador 1 (E1), quando distribuiu esses laptops, simplesmente, as pessoas responsáveis chegaram e distribuíram. Não houve nenhuma preparação aos professores. Chegou, entregou, nem preparação para os alunos, nem para os professores.

O depoimento em destaque demonstra a ausência de capacitação aos professores e aos alunos, fato que vai à contramão do projeto previsto para a implantação do PROUCA. O discurso do enunciador comunga com os resultados de pesquisas supracitadas, o que é possível constatar que a falta de capacitação do professor para o uso de recursos tecnológicos, especificamente, os *laptops*, não constitui um desfalque exclusivo de uma unidade escolar, constituindo, portanto, um desfalque comum deixado pela proposta depois da implantação.

Este aspecto pode ser também constatado por meio da fala de Enunciador 2 (E2) que, ao ser indagado sobre a possibilidade de ter recebido algum tipo de formação para o uso do *laptop* do PROUCA, responde negativamente: “Não. Só foi falado como deveria ser usado. A coordenadora falou como a gente deveria usar nas aulas, no planejamento, deu algumas sugestões. Mas foi isso” (E2).

Enunciador 2, por outro lado, entende que a cerimônia de entrega dos laptops e orientações realizadas pela equipe responsável faz parte de um processo de preparação. No entanto, sabemos que um processo de capacitação não pode ser realizado em algumas horas durante a entrega dos equipamentos e, por isso, não consideramos as orientações dirigidas aos pais e alunos como processo de capacitação docente. E2 também aponta outros problemas, como podemos observar:

A escola nos avisou que entregaria o computador na sala dos professores. Foi preparado antes, fez uma cerimônia de entrega aqui no auditório e bem organizado, cada aluno recebeu juntamente com os pais. E a primeira impressão foi que poderia ser bastante útil na sala de aula, num primeiro momento. Só que

depois vieram alguns problemas, principalmente, ao fato da internet ser bem ruim não deu pra usar muito como nós gostaríamos (E2).

A fala de E2 também comunga com as interpretações que obtivemos das leituras de artigos, teses e dissertações pesquisadas ao longo da condução desta investigação, as quais revelaram problemas de caráter técnico e estruturais em torno do PROUCA. Os pesquisadores abordam problemas similares aos apontados por E2, e os mais comuns são a conexão com a rede sem fio e instabilidade da rede; inexistência dos armários para acondicionamento dos *laptops*; equipamentos com defeitos no sistema operacional e baterias, somando ainda a baixa assistência técnica dos responsáveis.

Em seus depoimentos, os enunciadores demonstram, justamente, a ausência de diálogo entre as instâncias, o que nos permitiu perceber que as relações de poder que envolvem as instâncias municipais, estaduais e federal são específicas e ligadas a certo grau de interesse, no que diz respeito ao papel que cabe a cada uma delas no desenvolvimento das políticas. Muito embora os idealizadores elaborem as propostas a partir de suas vontades de verdade que norteiam esta construção, são os sujeitos locais que vão trabalhar em prol da efetivação destas propostas, o que muitas vezes não acontece conforme o esperado.

Pensando nisso, evidenciamos que a constituição de um programa político de governo é entrelaçada por relações de poder e que muitas vezes encontram formas de resistências por parte de alguns grupos sociais. De acordo com Foucault (2009), é preciso observar que a economia das relações de poder envolve um sentido teórico e prático, pois há um limite entre o que é idealizado pelo Estado e entre o que é operacionalizado pela sociedade na gestão da política.

Muito embora, a política desenvolvida pelo PROUCA demonstrada na visão dos enunciadores, não levasse em conta o indivíduo e a singularidade cultural de cada lugar, trata-se de uma política que fomenta o uso de tecnologias digitais na educação e que distribui computadores portáteis para alunos e professores, sendo, portanto, uma tentativa de afirmar o direito à igualdade, atentando-se para a necessidade de incluir todas as pessoas no mundo digital. Esta vontade de verdade não é apenas do Estado, mas também de toda sociedade.

E neste sentido, poderíamos afirmar que esta política insere-se no campo do trabalho social, sendo este considerado como uma resposta específica para os problemas sociais de uma

época(MAURER,2008). Segundo a autora, o trabalho social se apresenta como resposta à desigualdade, à injustiça e à exclusão e, neste sentido, considerando que um dos objetivos estabelecidos ao PROUCA se refere à inclusão digital, entendemos que a distribuição dos *laptops* seja uma resposta aos problemas sociais da época que estamos vivendo, cujas instituições, conceitos e discursos de modo geral podem ser entendidos como “traços” que foram inscritos na superfície da atual sociedade que documenta lutas sociais antigas (MAURER, 2008).

Além disso, esta política revela os efeitos de poder relacionados ao saber, à competência, à qualificação. Os professores que desconhecem a utilização dos recursos sentem-se despreparados em relação aos seus alunos, o que coloca em choque a relação saber-poder entre alunos e professores. Ao longo dos anos acreditamos que o conhecimento do professor seria superior aos dos alunos. Com a inserção das tecnologias digitais este paradigma passa a ser questionado. O professor se sente despreparado em relação aos seus alunos e esta ausência do saber implica na perda do controle do poder. Neste sentido, ao observar as relações saber-poder entre alunos e professores com a inserção das TIC, percebemos que a política instaurada revela um estado de violência econômica e ideológica, provocando um conflito imediato nas relações saber-poder/professor-aluno.

Daí cresce a necessidade do professor inserir-se num processo de formação continuada o que exige a reformulação da carga horária do profissional, assim como a responsabilidade de cada ente federado envolvido na execução visando uma compreensão mais ampla do problema e encaminhamento de soluções (PRETTO; COELHO; ALMEIDA, 2010).

Nomomento em que os debates da educação põem em relevo a necessidade de constituir um Sistema Nacional de Educação (SNE), desenvolvendo para isso estratégias de fomento, através da criação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e consequente Plano de Ações Articuladas, percebemos a inexistência de documentos relativos ao PROUCA que contenha inferência sobre estas políticas pensadas para constituir o SNE. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)aprovado pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro da Educação Fernando Haddad, em 24 de abril de 2007, apontava como uma de suas ações a inclusão digital, com a implantação de laboratórios de informática em todas as escolas públicas do Brasil, acreditando que esta iniciativa pudesse favorecer a melhoria da educação do país. Apesar

de haver esse direcionamento do governo, não encontramos documentos específicos ao PROUCA que traçasse um diálogo com o PDE e com a premissa do governo em constituir o SNE.

Considerações finais

Com base nas modalidades enunciativas, as análises permitiram observar a relação e o funcionamento dos campos discursivos, visto que recorremos a discursos dos mais variados sujeitos em torno do objeto de análise. Considerando o discurso oficial, apreciado por meio dos documentos que legitimam o objeto, o PROUCA, o discurso científico, que apreciamos por meio das falas dos pesquisadores e o discurso dos sujeitos da pesquisa, conforme vimos através dos Enunciadores 1 e 2, precisamos verificar a enunciação enquanto processo, e, neste sentido, Foucault (2004) lança três questões, que uma vez respondidas, podem determinar o funcionamento do discurso: qual o estatuto do sujeito que fala? Quais os lugares institucionais de onde o sujeito fala? E qual a posição ocupada pelo sujeito na enunciação?

O posicionamento dos sujeitos que transmitem o discurso oficial, ou modalidades enunciativas por eles assumidas, é de pessoas que ocupam os cargos de chefia e comandam as políticas educacionais no Brasil, sendo, muitas vezes, economistas, empresários, administradores de empresas, publicitários, etc. (PARO, 2011), ou políticos partidários que são, muitas vezes, sujeitos “desprovidos de qualquer conhecimento técnico-científico a respeito das práticas pedagógicas, para tomar decisões, dar andamento aos programas de governo e políticas da educação e determinar o rumo da educação escolar no âmbito de sua jurisdição” (PARO, 2011, p. 80).

Tais sujeitos sofrem influência direta do contexto econômico mundial, porque a produção de verdades no discurso que incentiva o uso de tecnologias digitais na educação não é a efetivação de uma política limitada a um país como o Brasil. Embora tenha se desenvolvido mais facilmente em países com aspiração ao recente crescimento econômico, o PROUCA não é um programa confinado a uma política econômica específica do governo brasileiro, sendo que países da Europa, Ásia e da América do Norte já experimentaram a referida política, muito antes do Brasil. É preciso

verificar o tipo de realidade que estamos analisando. A política que estamos pondo em suspensão não é original, apesar de sua singularidade histórica (FOUCAULT, 2009).

Neste sentido, entendemos o PROUCA como umavontade de verdade do governo brasileiroem melhorar aqualidade da educação por meio da inclusão digital, como política que se materializa na disponibilização de *laptops* com a promessa de acesso à *internet* para professores e alunos das escolas estaduais e municipais em todos os Estados do Brasil. Pensando que os sujeitos falam das instâncias mais elevadas da gestão da educação e que carregam em seus discursos os interesses de um grupo político e econômico, tanto nacional como internacional, detectamos nas enunciações que o PROUCA é significado como elemento de peso capaz de superar as deficiências educacionais de um país.

O discurso científico, por sua vez, é bastante heterogêneo, porque é transmitido por sujeitos diferentes. Por um lado, temos aqueles cientistas que são convidados a ocupar cargos de coordenação de projetos e falam, muitas vezes, dos mesmos lugares institucionais de onde partem o discurso oficial. É o caso de professores universitários que trabalharam diretamente com a implantação do PROUCA e visualizam o programa a partir das competências que somente um sujeito, dotados de saber, acerca do objeto, é capaz de enxergar.

Por outro lado, temos aqueles cientistas que, simplesmente, se debruçaram em avaliar a implementação e os efeitos da política. Estes cientistas discursivam o PROUCA, a partir de análises e comparações com outros programas, fundamentados, muitas vezes em teorizações críticas com foco nos resultados do programa, por isso, apresentam olhares diferentes do primeiro grupo de cientistas. De qualquer modo, os dois grupos de cientistas estão autorizados a proferirem seus discursos, uma vez que o exercício dos saberes não está aberto a todas as vontades,

[...] mas somente a grupos específicos aos quais é garantido o *status* de atuar sobre os saberes: proferir enunciados que os instaurem, manejar técnicas que os consolidem e, principalmente, desempenhar essas ações de modo a exercer *verdade* em suas práticas (VOSS, 2011, p. 43).

Além disso, há titularidade e singularidade contida nas falas dos cientistas visto que o papel que se reconhece no cientista, conforme é requisitado por uma pessoa na sociedade no exercício de sua função, é carregado de direitos de intervenção e de decisão que lhe são reconhecidos, seja com o grupo no qual exerce sua profissão, seja com o poder que lhe confiou

uma tarefa (FOUCAULT, 2004). Este *status* do cientista que discursiva sobre o PROUCA é, em geral, bastante singular e sua fala não pode vim de quem quer que seja.

Por fim, apreciamos o discurso dos professores que falam da escola como lugar institucional. Estes enunciadores conhecem a realidade da sala de aula, convivem diretamente com os alunos e afirmam ter recebido o programa sem ter participado, inicialmente, dos primeiros debates de implantação do mesmo. Muitas vezes, desprovidos de saberes técnicos para usar o *laptop* do PROUCA e insatisfeitos por não se sentirem convidados a participarem dos debates, os professores discursivam o programa considerando a falta de formação e adicionando os problemas técnicos de conectividade como elementos desfavoráveis para o sucesso do mesmo.

Portanto, tendo como base as modalidades enunciativas compreendemos que há várias formas de enunciação que encontramos nos discursos outrora trazidos à bordo. Com as regras de formação organizamos os discursos por campo de enunciados que aparecem e circulam (FOUCAULT, 2004, p. 62) e constatamos que tais discursos fazem permanecer a verdade sobre a emergência da qualidade da educação e sua relação com o uso de tecnologias.

Referências

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Educação e tecnologias no Brasil e em Portugal em três momentos de sua história. **Revista Educação, Formação & Tecnologias**, vol. 1 (1), Maio 2008. Disponível em: <<http://www.pucrs.br>> Acesso em: 13 maio 2015.

BRASIL. **UCA Projeto Um Computador Por Aluno**. Formação Brasil, projeto, planejamento das ações/cursos. Ministério da Educação e do Desporto – MEC; Secretaria de Educação à Distância – SEED. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.virtual.ufc.br/cursouca/modulo_apresentacao/topico_03/processo_formativo/formacao_brasil.pdf> Acesso em: 13 Jun. 2015.

BRASIL. **Um Computador Por Aluno: a experiência brasileira**. Biblioteca Digital da Câmara de Deputados, 2010. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>> Acesso em: 27 dez. 2014.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica**. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

LAVINAS, Lena; VEIGA, Alinne. O Programa UCA-TOTAL: desafios do modelo brasileiro de inclusão digital pela escola. **Cadernos de Pesquisa**. vol.43 n.149; São Paulo May/Aug. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>> Acesso em: 13 mai. 2015.

LIBANEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais**. São Paulo: Cortez, 2010.

MAURER, Susanne. Pensando a governamentalidade a partir de baixo: o trabalho social e so movimentos sociais como atores (coletivos) em ordens móveis/móveis. IN: PETERS, Michael A. e BESLEY, Tina (Org.). **Por que Foucault?** Novas diretrizes para a pesquisa em educação. Porto Alegre: Artmed, 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica à estrutura da escola**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

PESCE, Lucila. **O Programa Um Computador Por Aluno no estado de São Paulo: Confrontos e Avanços** 36ª Reunião Nacional da ANPED, Goiânia: Anped, 2013. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt16_trabalhos_pdfs/gt16_2_55_texto.pdf> Acesso em: 21 set. 2014.

PRETTO, Nelson De Luca; COELHO, Livia Andrade; ALMEIDA Liz Maria Teles de Sá. **Gestão do PROUCA: a experiência do projeto piloto na Bahia**. Anais do II Workshop sobre formação e experiências educacionais no Projeto Um Computador Por Aluno (UCA): 2010. Disponível em: <<http://www.br-ie.org/pub/index.php/wcbie/article/view/1901/0>> Acesso em: 21 nov. 2014.

SEIXAS, Luciana Velloso da Silva. Conectando a rede: Recontextualizações Do Projeto “Um Computador Por Aluno” (UCA) Em Uma Escola Municipal Do Rio De Janeiro. **34ª Reunião Nacional da ANPED**, Natal: Anped, 2011. Disponível em: <<http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT12/GT12-479%20int.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2014.

SEIXAS, Luciana Velloso da Silva. “Programa Um Computador Por Aluno” (PROUCA) em uma escola municipal do Rio De Janeiro: o que há de novo na rede? **36ª Reunião Nacional da ANPED**, Goiânia: Anped, 2013. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt16_trabalhos_pdfs/gt16f> Acesso em: 21 set. 2014.

VOSS, Jefferson. **O conceito de formação discursiva de Foucault e o tratamento de objetos da mídia**: sobre a responsabilidade social na publicidade impressa brasileira / Jefferson. Maringá, 2011. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós- Graduação em Letras). Universidade Estadual de Maringá, 2011.